

OS TEMPOS HERÓICOS DE COLLOR E ZÉLIA.

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Editora Nobel, 1991.

6. Conservadorismo e modernidade

Collor e o neoliberalismo

Se os tempos são incertos em todo o mundo, mais incertos são eles para o Brasil, que vive uma crise econômica — na verdade uma crise fiscal do Estado — sem precedentes, que deixa suas melhores inteligências sem perspectivas, se não sem esperança. O governo Collor enfrenta esses tempos incertos com a bandeira da modernidade e do mercado. Em função disso Collor e seu governo são identificados com o neoliberalismo, que, no campo da ação política, teve no tatcherismo sua expressão mais clara.

Collor confundiu as tradicionais linhas ideológicas quando venceu as eleições em 1989 e continua a fazer o mesmo em seu primeiro ano de governo. A interpretação corrente na esquerda de que Collor é um “neoliberal” é, a meu ver, falsa. Ele sem dúvida é conservador. Tudo indica que é um conservador moderno. Mas daí para ser neoliberal vai muita distância. Se Collor não é um neoliberal, quais então as correntes ideológicas que de fato disputam o poder hoje no Brasil? Por outro lado, qual a relevância dessas correntes?

As eleições de 3 de outubro e 25 de novembro ocorreram ao mesmo tempo em que o governo Collor vai delineando seu perfil político. Para um grande número de intelectuais de esquerda, esse perfil estaria identificado ideologicamente com a direita neoliberal. Na medida em que Collor, em sua campanha eleitoral e agora no governo, promove a liberalização comercial e a privatização, na medida em que defende a idéia de que a coordenação da economia cabe antes ao mercado que ao Estado, ele seria um neoliberal.

Esta é uma visão equivocada do neoliberalismo. Neoliberalismo é a ideologia da nova direita radicalmente contrária a

intervenção do Estado na economia. Neoliberalismo é o velho liberalismo econômico modernizado pela microeconomia neoclássica da escola austríaca (Hayek), pela macroeconomia monetarista (Friedman) e dos novos clássicos (Lucas) e pela crítica econômica e política do Estado realizada pela escola da Escolha Racional (Buchanan e Olson).

Neoliberalismo foi o que Margareth Thatcher tentou implementar sem êxito durante onze anos na Inglaterra. Neoliberalismo era mais o discurso que a prática (uma curiosa mistura de neoliberalismo e populismo) de Ronald Reagan — prática que levou a economia norte-americana à crise fiscal e a um sério agravamento da situação social.

O neoliberalismo é profundamente individualista e pessimista a respeito da possibilidade de cooperação social ou de ação coletiva. Seu objetivo é o Estado mínimo. Não apenas política industrial e tecnológica não fazem nenhum sentido para os neoliberais. As próprias políticas macroeconômicas de curto prazo seriam em princípio inúteis. O mercado é perfeitamente auto-regulável a partir das expectativas dos agentes econômicos. Além disso, para o verdadeiro neoliberal a própria política social é condenável, na medida em que desestimularia o trabalho e a iniciativa individual. Conforme Hirschman demonstrou, essa nova direita está baseada no velho princípio do “efeito perverso” que já estava presente na filosofia social de Edmund Burke: a tentativa de distribuir melhor a renda, de alcançar uma maior equidade social é perversa, na medida em que seus efeitos reais seriam opostos aos objetivos pretendidos. Não importa que a história das social-democracias européias desmintam esse fato. Para o verdadeiro neoliberal, para a nova direita que viceja nos Estados Unidos, onde a social-democracia jamais prevaleceu, e onde, portanto, os níveis de desigualdade são fortíssimos, a teoria implícita do efeito perverso é o grande argumento contra uma ação social mais efetiva do Estado e a explicação-padrão para todas as falhas dessa ação.

Ora, definido o neoliberalismo nesses termos, é evidente que Collor não é um neoliberal. A política industrial e tecnológica que seu governo vai aos poucos estruturando nada tem de

neoliberal. Procurar dar um papel maior ao mercado na coordenação da economia não é neoliberalismo, é mero bom senso quando o Estado cresceu demais. Privatizar é uma solução óbvia quando o Estado enfrenta uma crise fiscal gravíssima. Através da privatização o Estado pode obter recursos que lhe permitam reduzir sua dívida, ao invés de aplicar mais recursos em atividades produtivas que podem ser desempenhadas pelo setor privado. Liberalizar o comércio exterior é uma providência há muito necessária na medida em que a estratégia de substituição de importações se esgotou já nos anos 60. Collor é chamado “neoliberal” devido a uma compreensão equivocada e ampla demais da expressão.

Na verdade o neoliberalismo não é no Brasil uma ideologia efetivamente adotada por setores significativos da “classe” política e do empresariado. Não é uma ideologia relevante para o Brasil enquanto prática política. Mesmo entre os intelectuais é difícil encontrar verdadeiros representantes dessa perspectiva teórico-ideológica.

No momento, em meio a um segundo congelamento com escassas possibilidades de êxito, delineia-se uma primeira crise política para o governo Collor. Nesse contexto, do qual fazem parte as recentes eleições, a pressão geral é no sentido de que Collor negocie mais com a sociedade. Collor tem se recusado a negociar, temendo que negociação possa representar fraqueza. De fato, a determinação e a coragem de enfrentar a crise — que ele tanto preza — podem ser prejudicadas por excesso de negociação. Mais importante que negociar, hoje, é ouvir. Ouvir para formar sua própria convicção sobre como enfrentar a crise.

Muitas das convicções de Collor obviamente já estão formadas. Mas para que seu governo seja bem-sucedido, ele precisará de humildade para mudar algumas dessas convicções se as políticas decorrentes não estiverem dando certo. E uma vez definida uma nova e clara política, será necessária a negociação. Em certos casos, particularmente no controle da inflação, será necessário um acordo social. Imaginar um relacionamento direto e permanente com toda a sociedade através do rádio e da televisão é impossível. O acordo social, entre-

tanto, só será bem sucedido se o governo tiver uma proposta clara a fazer à sociedade. Uma proposta que ao mesmo tempo combine liderança e determinação com o comprometimento com o regime democrático.

O importante nessa proposta não será seu conteúdo ideológico. Será a forma pela qual se distribuirão os sacrifícios para eliminar o déficit público, recuperar a capacidade de poupança do Estado e controlar a inflação. Para isso há necessidade de um grande acordo nacional. Ou, pelo menos, de um acordo nacional mínimo. Um acordo que não se resolve com pobres fórmulas de indexação de salários, do tipo das que estão sendo negociadas no Congresso. Ao invés de a esquerda insistir em acusar Collor de “neoliberal” ou de reivindicar vantagens salariais de curto prazo para os trabalhadores, deve pensar qual sua participação em um acordo em torno de um projeto de governo que hoje precisa ser um verdadeiro projeto de salvação nacional. (*Folha de S. Paulo*, 21.02.91.)

Collor e a modernidade

Se, ao contrário do que diz uma esquerda mal-informada, Collor não é um neoliberal, se o neoliberalismo é no Brasil uma mera importação ideológica de setores de direita inexpressivos politicamente e uma invenção da esquerda igualmente sem sentido, o que representa seu governo ideologicamente? E mais amplamente, quais são as verdadeiras correntes ideológicas hoje disputando o poder no Brasil?

É comum ouvirmos dizer que a distinção entre esquerda e direita não tem mais sentido. Mais importante seria a distinção entre arcaico e moderno. Essa afirmação é falsa, ao pretender desqualificar uma clivagem político ideológica que sempre foi fundamental. A distinção entre aqueles que, na direita, em nome dos interesses estabelecidos, colocam a ordem acima da justiça, e aqueles que, na esquerda, inconformados com o estado das coisas, estão dispostos a arriscar um pouco a ordem em nome da justiça sempre foi importante e continuará a sê-lo.

A afirmação, entretanto, é correta ao salientar que, em um tempo em transformação como o nosso, a distinção entre o arcaico e o moderno tornou-se crucial. Há uma esquerda arcaica e uma esquerda moderna, como há uma direita arcaica e uma direita moderna. E Hélio Jaguaribe sugeriu recentemente que o arcaico está mais distante do moderno que a esquerda moderna social-democrática da direita moderna.

O que distingue tanto a direita quanto a esquerda modernas é o primado da eficiência e de uma razoável equidade social. No primeiro sentido há uma conotação curiosamente tecnocrática no sentido da palavra “moderno”. Para alcançar a eficiência existe a convicção de que a alocação dos recursos via mercado é preferencial sobre a alocação via Estado. Embora as duas correntes concordem nesse ponto, está claro que a direita dá mais ênfase a ele que a esquerda. Por outro lado, para alcançar a equidade social o mercado deve ser complementado pelo Estado. Aqui novamente há acordo, mas o ponto é naturalmente mais enfatizado pela esquerda moderna.

É preciso ficar claro que a direita moderna não é neoliberal, porque aceita a intervenção ampla do Estado na área social e limitada na área econômica. Continua a ser direita, porém, na medida em que o capitalismo é visto como o sistema econômico e social ideal. Por outro lado, a esquerda moderna continua a ser esquerda, porque em sua utopia, geralmente colocada em um futuro distante, existe sempre algo parecido com um socialismo de mercado, autogestionário e democrático. O capitalismo pode ser a forma mais eficiente, apesar de todos os seus desperdícios, de um dia chegar a essa utopia. Não se confunde, entretanto, com ela.

A esquerda moderna vem surgindo de várias maneiras. Nos anos 60 falava-se em uma “nova esquerda” nos países centrais. Nos anos 70, nos Estados Unidos, em nível do Partido Democrático, surgiu uma nova corrente de políticos progressistas, por alguns identificados como os “filhos de Kennedy”. Na medida em que esses jovens políticos davam uma ênfase muito maior ao mercado e à eficiência, foram frequentemente confundidos com os conservadores.

Em oposição a estas idéias modernas, a direita arcaica, no plano mais geral ou universal, estava mais preocupada com a ordem e a tradição, enquanto a esquerda arcaica se preocupava com o estabelecimento de uma ordem nova. No âmbito mais restrito do Brasil, nos últimos trinta anos, a direita arcaica estava identificada com o desenvolvimentismo burocrático autoritário, enquanto a esquerda arcaica se apegava ao populismo distributivista.

A transição do arcaico para o moderno está acontecendo no Brasil de forma dramática nos anos 80, em meio a um processo de transição democrática, de desinteresse pela política e de crise econômica. A transição democrática ocorreu da direita arcaica para a esquerda arcaica. O fracasso da esquerda arcaica, na primeira metade do governo Sarney, e da direita arcaica, na segunda, acelerou o processo de mudança em direção ao moderno.

Collor se elegeu com a bandeira da modernidade. Modernidade expressa na superioridade do mercado sobre o Estado para promover a eficiência econômica. Em seu relacionamento direto, pessoal, com cada eleitor havia sem dúvida um elemento claramente populista. Mas esse fato não o levou, no governo, a adotar práticas populistas. Sua política de estabilização não está dando bons resultados, mas isso não se deve a práticas populistas, ao medo de tomar medidas impopulares.

Collor inscreve-se, portanto, no campo da modernidade. Modernidade conservadora, mais próxima da direita que da esquerda. Mas, sem dúvida, modernidade.

Por outro lado, há uma outra clivagem fundamental que precisa ser destacada. A esquerda arcaica era nacionalista, a direita arcaica oscilava entre o nacionalismo e o internacionalismo primeiro-mundista. Tanto a esquerda como a direita moderna não são nacionalistas. Cada vez mais estão identificadas com a idéia do interesse nacional. Interesse nacional que deve ser examinado caso a caso, que recusa a idéia de imperialismo generalizado dos nacionalistas, da mesma forma que não aceita o pressuposto da boa vontade do Primeiro Mundo dos internacionalistas. Collor, através de sua política

de dívida externa, parece claramente identificado com a estratégia do interesse nacional.

É claro que o governo Collor está cheio de contradições. Em um país tão complexo e desigual como o Brasil, é impossível ser governo sem ser contraditório. As contradições se originam no próprio Collor. Suas origens estão na direita oligárquica do coronelismo nordestino e na direita arcaica, burocrática, autoritária, de 1964. Mas está claro que, embora sem negá-las totalmente, ele superou essas origens.

É claro, também, que há muitas indefinições em seu governo. O governo Collor está apenas no começo. A crise econômica que está enfrentando é imensa, a herança que recebeu do governo Sarney, pesadíssima, as pressões que sofre dos credores externos, enormes. O Brasil é hoje uma sociedade dividida e sem rumos. Liderar essa sociedade para a modernidade, para a retomada do desenvolvimento com um mínimo de equidade, é uma tarefa ciclópica. Nada garante que Collor consiga realizá-la.

Collor precisará de um mínimo de apoio da sociedade e dos partidos políticos. Apoio em que as considerações ideológicas sejam colocadas em segundo plano. A modernidade é um desafio para o Brasil. Desafio que poderá ser enfrentado tanto pela esquerda como pela direita modernas desde que tenham muito claras para si a gravidade da crise fiscal e o sentido do interesse nacional. A presença de Collor na Presidência da República, apesar das dificuldades do primeiro ano de governo, continua a significar uma esperança para o país. Uma esperança que 1991, apesar dos tempos incertos em que vivemos, se encarregará de confirmar ou negar. (*Folha de S. Paulo*, 28/02/91.)